

A EXPERIÊNCIA DE MULHERES EM TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS: ENTRE SILENCIAMENTOS E REDES DE PROTEÇÃO

The experience of women in peripheral territories: Between silence and protection networks

La experiencia de mujeres en territorios periféricos: Entre silencios y redes de protección

Maria Izabel Machado¹

Recebido em: janeiro de 2018

Publicado em: maio de 2018

Resumo: Este artigo se propõe analisar a experiências de mulheres participantes de empreendimentos de economia solidária em Curitiba e região, à luz da sociologia da violência e da noção de reciprocidade maussiana como indutora de redes de proteção. As práticas de economia solidárias aqui analisadas se dão em contextos periféricos nos quais a cidadania é comumente regulada: parcial, incompleta, insuficiente logo segregadora, acentuada pelas assimetrias econômicas, territoriais e de gênero. Os clubes de troca, surgidos como alternativa a recessões econômicas converteram-se em espaços de trocas que ultrapassaram a materialidade dos objetos incidindo sobre as participantes de modo a oportunizar deslocamentos identitários significativos. A hipótese central é de que embora os processos de segregação sócio espacial e as assimetrias de gênero imponham sobre essas mulheres uma espécie de “sociabilidade dos confinados” as redes criadas a partir de trocas solidárias propiciariam mecanismos efetivos de proteção próxima. O território e as contingências são as mesmas, mas mudam os sujeitos e o modo como passam a ocupar posições e restabelecer sociabilidades a partir da reciprocidade. Os dados empíricos foram obtidos por meio de observação participante e entrevistas em profundidade realizadas como parte de pesquisa doutoral já concluída. Os resultados obtidos indicam mudanças substanciais no cotidiano das participantes dos empreendimentos especialmente no que concerne à conquista de autonomia e cidadania por meio da resignificação de suas identidades como sujeitos e da pertença a um coletivo como forma de resistência.

Palavras-Chave: Economia Solidária; Segregação; Reciprocidade;

Abstract: *This paper proposes to analyze the experiences of women participating in solidarity economy enterprises in Curitiba and region, in the light of the sociology of violence and the notion of Maussian reciprocity as an inducer of protection networks. The solidarity economy practices analyzed here take place in peripheral contexts in which citizenship is commonly regulated: partial, incomplete, insufficient soon to be segregated, accentuated by economic, territorial and gender asymmetries. The exchange clubs, which emerged as an alternative to economic recessions, became spaces for exchanges that surpassed the materiality of the objects by focusing on the participants in order to offer significant identity shifts. The central hypothesis is that although the processes of socio-spatial segregation and gender asymmetries impose on these women a kind of "sociability of the confined", networks created through solidarity exchanges would provide effective mechanisms for close protection. The territory and the contingencies are the same, but the subjects change and the way they come to occupy positions and reestablish sociabilities from the reciprocity. Empirical data were obtained through participant observation and in-depth interviews*

conducted as part of a completed doctoral research. The results obtained indicate substantial changes in the daily life of the participants of the enterprises, especially in what concerns the conquest of autonomy and citizenship through the re-signification of their identities as subjects and of belonging to a collective as a form of resistance.

Key-words: *Solidarity economy; Segregation; Reciprocity;*

Resumen: *Este artículo se propone analizar las experiencias de mujeres participantes de emprendimientos de economía solidaria en Curitiba y región, a la luz de la sociología de la violencia y de la noción de reciprocidad maussiana como inductora de redes de protección. Las prácticas de economía solidaria aquí analizadas se dan en contextos periféricos en los que la ciudadanía es comúnmente regulada: parcial, incompleta, insuficiente luego segregadora, acentuada por las asimetrías económicas, territoriales y de género. Los clubes de cambio, surgidos como alternativa a las recesiones económicas, se convirtieron en espacios de intercambios que sobrepasaron la materialidad de los objetos incidiendo sobre las participantes de modo a oportunizar desplazamientos identitarios significativos. La hipótesis central es que aunque los procesos de segregación socio espacial y las asimetrías de género imponen sobre esas mujeres una especie de "sociabilidad de los confinados" las redes creadas a partir de intercambios solidarios propiciaría mecanismos efectivos de protección próxima. El territorio y las contingencias son las mismas, pero cambian los sujetos y el modo en que pasan a ocupar posiciones y restablecer sociabilidades a partir de la reciprocidad. Los datos empíricos fueron obtenidos por medio de observación participante y entrevistas en profundidad realizadas como parte de investigación doctoral ya concluida. Los resultados obtenidos indican cambios sustanciales en el cotidiano de las participantes de los emprendimientos especialmente en lo que concierne a la conquista de autonomía y ciudadanía por medio de la resignificación de sus identidades como sujetos y de la pertenencia a un colectivo como forma de resistencia.*

Palabras-Clave: *Economía Solidaria; Segregación; Reciprocidad;*

INTRODUÇÃO

As contingências impostas aos moradores de regiões periféricas relacionadas à pobreza, ausência ou insuficiência de equipamentos públicos, violência em suas múltiplas expressões, recaem sobre as mulheres de forma mais acentuada considerando-se as assimetrias de gênero que hierarquizam as relações de maneira a dificultar ou mesmo impedir o acesso das mulheres à escolarização, empregabilidade ou ainda o direito de dispor sobre a própria vida.

No presente artigo analisamos a experiência de mulheres participantes de clubes de troca, iniciativa ligada à Economia Solidária, no entorno da capital paranaense. O perfil das entrevistadas é de mulheres acima dos 40 anos, migrantes em sua maioria, com pouca escolarização e fora do mercado formal de trabalho. Sobrepõem-se ainda práticas culturais de secundarização do feminino que no caso das entrevistadas repercutem nas duplas e triplas jornadas, na proibição do acesso a renda própria, em interditos ao ir e vir e ao falar.

No entanto, mesmo frente a um contexto fortemente marcado por desigualdades as mulheres aqui referidas logram reordenar o vivido a partir de redes de proteção próxima que tem nos clubes de troca um centro irradiador. A hipótese aqui desenvolvida sugere que as reciprocidades restabelecidas a partir da experiência de mulheres nesses coletivos teriam potencial para geração de patamares mínimos de segurança, que por sua vez assegurariam novos posicionamentos como sujeitos em direção à cidadania.

Partir, pois, da experiência das mulheres para compreender a imbricação entre pobreza, assimetrias de gênero e redes de solidariedade em territórios periféricos é um recurso metodológico, mas que se inscreve também no âmbito epistemológico. Compreende-se, em primeiro lugar, que os desafios cotidianos enfrentados por essas mulheres não podem ser apreendidos por abordagens clássicas dicotomizantes entre estrutura e ação, razão pela qual a noção de experiência, como desenvolvida por Joan Scott (1999), permitiria maior potencial explicativo.

Para Scott analisar a experiência é colocar questões acerca de como se constituem e se narram os sujeitos e suas experiências. Partir dessa perspectiva é evitar apriorismos e essencialismos que remetem comumente à fixidez dicotomizante de papéis sociais. Não se trata de alocar as mulheres sujeitos desta análise na posição de dominadas, excluídas ou ainda de agentes interessadas. A experiência e as condições que as produziram enunciadas pelos sujeitos que a vivenciaram possibilita apreender o real por seu dinamismo.

Ao acionar a noção de experiência o fazemos a partir de uma inspiração genealógica. Pensar os acontecimentos desde a genealogia como desenvolvida por Michel Foucault (2015) significa ultrapassar o nível descritivo e perscrutar as condições que produziram determinada experiência. Não se trata, portanto, de ocupar-se com as origens de certos fenômenos, mas por meio da problematização procurar apreender a proliferação dos acontecimentos “graças aos quais, contra os quais” (FOUCAULT, 2015, p. 278) e através dos quais eles se formaram.

Do esforço de avançar em relação à polarização estrutura-ação por meio da noção de experiência e da genealogia como recurso analítico se depreende o segundo pressuposto deste artigo, a saber: a posicionalidade dos sujeitos. O que se quer afirmar com a ideia de posicionalidade é que os sujeitos e suas experiências não são meros resultados de determinações econômicas, tampouco se podem tomar suas práticas como desdobramentos de afinidades eletivas. Os sujeitos em questão produzem experiências a partir de múltiplas posicionalidades. Posicionalidades estas assumidas, conquistadas, negociadas permanentemente. A atenção ao dinamismo do vivido impede que generalizações essencializadoras borrem diferenças importantes, sobretudo quando estas são usadas como substrato para desigualdades, e assegura ainda que os sujeitos se enunciem, evitando sentidos apriorísticos.

Para tanto, faz-se necessário apresentar o campo aqui analisado, objeto da primeira seção do artigo. Na seção seguinte é desenvolvida uma análise do campo a partir de falas e silenciamentos que conferem determinado lugar e posição a esses sujeitos e por fim, na terceira seção, o olhar volta-se para o modo como as mulheres desde os lugares atribuídos reinventam suas posições.

CLUBE DE TROCA E SUAS METODOLOGIAS

Surgidos na década de 1990 na Argentina e a partir dos anos 2000 no Brasil, os clubes de troca foram uma resposta à recessão econômica e à baixa circulação de moeda. Pessoas organizaram-se para trocar produtos e serviços utilizando troca direta (produto por produto) e trocas mediadas pela moeda social (moeda utilizada em substituição ao dinheiro).

Em 2001 teve início o primeiro clube de trocas em um bairro periférico de Curitiba com a motivação de contribuir para a superação do assistencialismo que se limitava à distribuição de cestas básicas a algumas famílias que compunham listas de assistência de igrejas católicas. A proposta era que as famílias que necessitavam dessa assistência pudessem gradativamente partir para iniciativas alternativas de geração de renda e autonomia, rompendo com o ciclo assistencialismo – dependência.

O primeiro passo foi implicar de alguma forma os que receberiam os alimentos na produção de itens que pudessem ser trocados. A cada encontro desse grupo que se formava era preciso aportar algo de produção própria: artesanato, hortaliças, pães, a fim de trocar por outros produtos e pelos alimentos que antes seriam simplesmente doados. Em alguns casos o recebimento das cestas básicas foi condicionado à participação assídua aos encontros.

Rapidamente a experiência se multiplicou, sucesso atribuído em parte ao CEFURIA (Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo), organização não governamental que por meio da educação popular oferecia suporte político e metodológico aos grupos. O processo de multiplicação dos clubes se deu de forma concomitante à criação de metodologias adequadas aos participantes e ao estabelecimento de balizas mínimas ao funcionamento dos grupos.

Entre os princípios construídos coletivamente nos clubes estavam a horizontalidade, as coordenações eram rotativas e eleitas entre os participantes, e a divisão equitativa dos recursos, fossem alimentos ou outros itens.

Nos primeiros anos a troca de alimentos era predominante, itens da cesta básica em especial. Ainda assim a insistência na troca de itens de produção própria assegurou que junto aos artigos industrializados circulassem também alimentos de fabricação caseira, mudas de flores e plantas medicinais. Houve ainda uma espécie de redescoberta do artesanato: “antes, quando eu tinha depressão, meu crochê tava adormecido, eu não fazia nem um biquinho de guardanapo, e depois parece que eu... parece que reviveu dentro de mim.” (Lurdes)².

A ênfase na produção própria tem no ambiente dos clubes, desde o início das práticas, a intencionalidade de reconhecer e valorizar saberes comumente secundarizados no mercado formal de trabalho. Trata-se de desenvolver gradativamente a concepção junto às participantes de

que atividades cotidianas como bordar, cozinhar ou cuidar de alguém são efetivamente trabalho. A grande barreira a ser transposta é a concepção de que trabalho é apenas o que é remunerado e executado com carteira assinada. Daí a insistência na troca de itens produzidos pelas participantes.

Há ainda outro nível de desnaturalização acerca do trabalho que embora não compusesse uma intencionalidade clara na origem dos clubes atualmente ocupa um lugar importante entre as mulheres: o borramento das fronteiras entre trabalho produtivo e reprodutivo. As dinâmicas internas, o modo como se organiza a divisão de tarefas, as trocas de experiência, contribuem para que as participantes problematizem formas tradicionais de divisão sexual do trabalho e passem a empreender mudanças gradativas nas rotinas domésticas.

Entre as estratégias metodológicas está a maneira como os encontros são estruturados e as trocas são organizadas. O espaço físico conta sempre com cadeiras dispostas de forma circular, há flores, bandeiras, cartilhas, fotos. As conversas informais, a disposição dos produtos a serem trocados em locais específicos antecede o início formal do encontro quando a responsável pela coordenação do dia se encarrega de acolher novos participantes e apresentar a programação da tarde. A esse momento se segue uma reflexão ou mística sobre temas importantes do cotidiano ou mesmo da conjuntura.

As trocas propriamente ditas são euforicamente aguardadas e cada grupo estabelece o método mais adequado de realiza-las. Em geral cada participante apresenta os produtos que trouxe e o valor atribuído a eles em pinhões, moeda social utilizada pelos clubes no Paraná. Não se usa dinheiro. Após esse momento cada grupo decide se as trocas serão simultâneas, como em uma feira, ou por sorteio, cada pessoa sorteada troca um produto por vez em várias rodadas de troca até que se esgotem os produtos.

Com o passar do tempo alimentos da cesta básica ainda são trocados, mas perderam espaço para outros itens: temperos caseiros, hortaliças, polpa de frutas, e artigos usados, especialmente uniformes escolares, calçados e roupas consideradas “de festa”.

Os objetos de troca e a hierarquia das trocas são informados diretamente por uma noção de cuidado com os filhos, com a casa, com a reprodução cotidiana da vida. Impossibilitadas de acessar o mercado formal de trabalho, em função da pouca escolarização e/ou qualificação, e sujeitas à instabilidade do trabalho como diaristas, as mulheres acabam se utilizando do grupo e das trocas como meio para suprir necessidades básicas emergenciais. Os conteúdos que se constroem a cada encontro em torno das trocas vão informando a partir da experiência quais são para elas os contornos da relevância. É o vivido cotidianamente que determina a hierarquia das trocas e a posição dos sujeitos: “eu to desempregada, eu venho aqui e troco o que eu preciso sem

precisar desembolsar” (Soraia).

Destaca-se nos encontros a metodologia que vai além do ordenamento das trocas. Cada participante deve dizer seu nome e em seguida falar sobre o que trouxe que significa falar perante o grupo sobre o que sabe fazer. Ao perceber que as demais se interessam pelo produto trazido o efeito produzido é de reconhecimento público do valor daquele trabalho. Desde o contexto em que essas mulheres vivem e se experimentam como “inválidas”, seja pela previdência social ou pelo mercado de trabalho, ser reconhecida como produtora de algum tipo de valor reposiciona essas mulheres na ordem cotidiana.

Durante o período mais efervescente, Curitiba e região contavam com cerca de 50 grupos em funcionamento. Por inúmeras razões o número de clubes de troca foi paulatinamente reduzindo-se. Atualmente são quatro em funcionamento regular e um retomando atividades depois de um hiato de aproximadamente três anos. Entre as possibilidades explicativas para o decréscimo no número de grupos está a ausência de financiamento às organizações como o Cefuria que davam suporte aos grupos. No entanto, é preciso também considerar a conjuntura política e econômica do período.

Ainda que o público prioritário dos clubes fosse de famílias em situação de pobreza, em muitos casos extrema, não é possível aferir de maneira peremptória a correlação entre o abandono dos clubes por parte dos participantes e programas de transferência de renda como o Bolsa Família, por exemplo. A inexistência de um banco de dados que possibilitasse o acesso aos ex-participantes não permite averiguar as causas da desistência. Mas é possível afirmar que entre os atuais participantes, alguns assíduos desde o início dos clubes, a parcela dos que recebem benefícios assistenciais é residual. Conjectura-se, portanto, que o recebimento de benefícios sociais mitigou minimamente as condições de pobreza permitindo aos indivíduos dedicar seu tempo a outras atividades de geração de renda que não os clubes de troca.

No entanto é exatamente no fato de que os clubes não são suficientes para produzir emancipações econômicas que reside nosso interesse de pesquisa. Se não são compensações econômicas as razões centrais para a participação, que razões manteriam motivadas as atuais participantes dos clubes em funcionamento?

Entre as respostas obtidas está a correlação entre as práticas nos clubes e o perfil das mulheres. A participação masculina é inexpressiva, há apenas um homem participante esporádico de um dos clubes. Há, dessa maneira, um sentido atribuído aos clubes e às trocas que se imbrica diretamente com as experiências das participantes. Além disso, as experiências que se dão no âmbito dos clubes de troca transcendem não apenas os limites do econômico, mas também as próprias fronteiras do grupo.

OS MÚLTIPLOS SILENCIAMENTOS

Apresentar-se diante de um grupo, contar às pessoas sobre o que se sabe fazer parece tarefa simples, porém para a maioria das participantes é algo que exige esforço e superação. Habitadas a terem seu falar invalidado no âmbito doméstico como uma fala subalternizada, silenciadas pelo medo da violência, ou ainda diminuídas em razão do não domínio do saber escolar, essas mulheres têm no “aprender a falar” o principal ganho com a participação nos grupos: “Eu tinha medo de falar, de falar errado, de falar alto, eu comecei e me isolar” (Silvia).

O clube ao constituir-se em espaço de escuta atenta e segura contribui para a superação desse isolamento. Essa possibilidade de falar e se fazer ouvir está diretamente relacionada à superação de certo individualismo, que nada tem a ver com a tão aclamada individualidade contemporânea. Do ponto de vista dos valores, as culturas conhecidas como tradicionais, às quais se alinhavam valores como a cooperação e solidariedade, perderam espaço para o que Robert Castel (2009) chamou de individualismo negativo.

A modernidade tem como uma de suas marcas a emergência da noção de indivíduo como um ser autônomo, moral e, sobretudo independente. De certa forma esse indivíduo moderno não estaria mais sob os auspícios dos enquadramentos coletivos que o privavam das expressões de suas particularidades. Seria uma “forma de existência mais ou menos descolada do coletivo ou da comunidade” (MORAES, 2006, p. 70), desobrigando-o das submissões medievais.

O que para Castel (2009) tornou-se um problema é que a figura de um indivíduo empreendedor de si mesmo, “senhor de seus empreendimentos” (CASTEL, 2009, p. 596) encobriu uma das faces perversas da modernidade em que se combinam a total independência dos indivíduos com sua completa ausência de consistência.

Se por um lado este indivíduo está, em alguma medida, livre dos encastramentos coletivos, por outro, ao pertencer unicamente a si mesmo, está superexposto. Desprende-se do tecido social e deixa de contar com redes de proteção próximas. A imagem utilizada por Castel para definir esse indivíduo é de um ser flutuante no tecido social, sem amarras, mas também sem alguém a quem recorrer.

Trata-se de individualismo competitivo, diferente do alinhado à ideia de respeito à liberdade individual. O outro, neste modelo competitivo de sociedade, é a ameaça à vaga de trabalho, à cadeira na universidade etc. A competição sem freios ou regulamentação se coloca como a única maneira de ocupar posições uma vez que elas não existem para todos.

Além disso, o autor chama a atenção para o fato de que há contradições no atual processo de individualização. Há uma polarização, um abismo: de um lado os que podem associar

individualismo e independência por terem garantidas prerrogativas econômicas e sociais básicas, de outro estão os que percebem esse individualismo como um fardo, mesmo uma cruz porque significa falta de vínculos e ausência de proteções (CASTEL, 2009).

O cenário torna-se ainda mais preocupante na medida em que se constata, por exemplo, que é uma ilusão supor que a elevação no nível de escolaridade, embora legítima e necessária, seria capaz de garantir de alguma forma colocação no mercado formal de trabalho. Estamos diante de um novo problema: a possível não empregabilidade dos qualificados. (CASTEL, 2009, p. 521).

A questão chave para o autor quanto à precarização do emprego e o aumento do desemprego é que ambas representam a manifestação de um déficit de lugares ocupáveis na estrutura social. Posições essas associadas a uma utilidade social e reconhecimento público:

O salário reconhece e remunera o trabalho ‘em geral’, isto é, atividades potencialmente úteis para todos. Assim, na sociedade contemporânea, e para a maioria de seus membros, é o fundamento de sua cidadania econômica. Também está no princípio da cidadania social: esse trabalho representa a participação de cada um numa produção para a sociedade e, portanto, na produção da sociedade. É assim o ponto médio concreto sobre o qual se constroem direitos e deveres sociais, responsabilidades e reconhecimento, ao mesmo tempo sujeições e coerções. (CASTEL, 2009, p. 581)

O déficit de lugares está na raiz da desvinculação, ou mesmo da invalidação social sofrida pelos desfiliaados. Robert Castel não utiliza a expressão exclusão ou excluídos por considerar que estas mascaram um processo dinâmico, construído socialmente de invalidação social. Para este contingente a identidade pelo trabalho está perdida. Os ‘inúteis para o mundo’ teriam poucas escolhas: a resignação e a violência esporádica, ambas autodestrutivas.

De acordo com esses valores o outro é concorrente e não colaborador, rompendo-se qualquer possibilidade de vínculo de cooperação ou solidariedade. As dinâmicas vivenciadas nos clubes não são suficientes para repor às suas participantes o que a sociedade salarial oportunizaria. No entanto, ao dar “voz e vez” a todos há uma resignificação da autoridade, se garante o respeito à individualidade, porém realizando o movimento do deslocar-se de si para ouvir o outro, o ponto de vista do outro.

Para Émile Durkheim, um dos fatores integradores e capazes de superar esse individualismo nas sociedades organizadas pela solidariedade orgânica é o trabalho, ou mais especificamente a divisão social do trabalho, uma vez que é capaz também, somado a outras instituições, de gerar identidade. Retirando o trabalho da constituição do indivíduo podemos originar identidades fundamentalistas, baseadas unicamente na religião ou no partido, por exemplo.

É possível que a utilidade econômica da divisão do trabalho tenha algo a ver com esse resultado, mas, em todo caso, ele supera infinitamente a esfera dos interesses puramente econômicos, pois consiste no estabelecimento de uma ordem social e moral *sui generis*. Há indivíduos ligados uns aos outros que, não fosse esse vínculo, seriam independentes; em vez de se desenvolverem separadamente, concentram seus esforços; são solidários, e de uma solidariedade que não age apenas nos curtos instantes em que os serviços se intercambiam, mas que se estende bem além disso. (DURKHEIM, 1999, p. 27)

O cimento das relações sociais estaria na construção da reciprocidade como valor intrínseco, as partes estariam comprometidas entre si. A reciprocidade seria, em outras palavras, todos perceberem que precisam de todos. Teria a capacidade de gerar coesão em dois níveis: integrando o indivíduo ao sistema e integrando as partes do sistema. No caso dos clubes o primeiro nível no qual se estabelece essa reciprocidade está no par fala-escuta. Ser ouvido, ouvida por um grupo de pessoas significa, no plano subjetivo, tomar consciência de que o que tenho a dizer tem alguma importância. Objetivamente, essa tomada de consciência implica e se externaliza em um conjunto de outras mudanças como a redistribuição dos trabalhos domésticos “eu venci os dois lá de casa, agora até roupa eles lavam” (Lucia).

Marcel Mauss em sua obra *Ensaio sobre a Dádiva* (2003) se dedicou ao estudo da reciprocidade. De acordo com o autor, dar-receber-retribuir seriam elementos fundantes, obrigações que forçariam as dádivas a circular, a serem trocadas e retribuídas. Embora a retribuição se coloque como uma obrigação, o autor ressalta que mesmo de forma paradoxal há o caráter voluntário e livre da dádiva. Fala e escuta se estabelecem no interior do grupo como dádiva em si, e como geradora de outras manifestações da dádiva na medida em que são o ponto de partida para outras trocas materiais e imateriais.

Para o autor, há uma força na coisa dada que faz com que o donatário a retribua, ainda que seja livre para não fazê-lo. Uma das respostas possíveis estaria no fato de que não se trocam apenas objetos, bens, coisas economicamente úteis. Trocam-se, sobretudo, nas palavras do autor, 'gentilezas'. Percebemos isso no trabalho de campo ao dar-nos conta de que muitas das mulheres participam de atividades como o clube de trocas porque através dele conseguiram superar problemas que poderíamos alocar no campo das subjetividades.

É recorrente nos relatos, sobretudo quando perguntadas sobre o que mudou em suas vidas depois que passaram a participar, afirmarem enfaticamente que se encontravam deprimidas, doentes e sem qualquer disposição para os afazeres mais simples do cotidiano ou mesmo para as relações com familiares e vizinhos. Para além dos objetos trocados as e os participantes encontraram no Clube de Troca um espaço em que poderiam encontrar amizade, respeito e o principal, alguém que os escutasse. Isso se assemelha às palavras do próprio Mauss:

Se se dão e se retribuem as coisas, é porque se dão e se retribuem 'respeitos' – dizemos ainda 'gentilezas'. Mas é também porque o doador se dá ao dar, e, ele se dá, é porque ele se 'deve' – ele e seu bem – aos outros. (MAUSS, 2003, p. 129).

Para Mauss é a pessoa mesma que se doa no objeto, que não é inerte, mas preserva algo do doador que o vincula e obriga com o que recebe o objeto doado. Nesse sentido, as recomendações de que os objetos a serem trocados durante os encontros do clube sejam produção própria carregam um esforço para associar as trocas por necessidade ao resgate da capacidade produtiva, uma vez que as participantes, como se percebe pelos relatos, chegam dilaceradas e incrédulas de sua própria capacidade.

A participação em um grupo exerceu o papel que o mercado formal de trabalho deixou de fazê-lo. Como explica Celia, depois que precisou ser afastada do trabalho por problemas de saúde: “eu entrei em depressão... eu dizia 'a gente não presta pra nada mesmo’”. Após os primeiros encontros foram, de acordo com os relatos, se sentindo mais valorizadas, as produções que levavam as fizeram perceber que tinham conhecimentos e experiências que poderiam ser trocados e que ajudariam muitas outras pessoas:

E faz bem pra gente vim aqui, a gente não entra em depressão. Eu trabalhava como zeladora, faz um ano que eu parei, eu saí, fui obrigada a sair, não tinha mais condição. Eu tinha que ficar no serviço, mas não podia trabalhar porque desgastou a cartilagem então não tinha mais condição de mexer com limpeza, o médico disse que eu tinha condição, mas eu voltei e não aguentei [...] aí eu achei melhor lutar, aí falei: vou lutar pela minha vida! (Celia).

Nesse sentido, a participação no grupo passou a produzir identificações entre as mulheres e suas experiências, especialmente ao se sentirem de alguma maneira 'úteis', ao poderem ensinar o que sabem e aprender coisas novas, mesmo com a pouca escolaridade que têm.

Para Mauss, assim como para Durkheim, não são indivíduos que se implicam nas trocas, mas coletividades que se obrigam mutuamente, as pessoas presentes no contrato, ou algo que o valha, são pessoas morais. Assim sendo, há uma representação coletiva, compartilhada pelas participantes a respeito do grupo, de si próprias, do bairro.

A constituição dos clubes como espaços privilegiados de fala-escuta não pode ser lida deslocando os sujeitos do território que ocupam. Não apenas a pobreza impõe suas contingências, a violência, especialmente originada no tráfico de drogas, marca cotidianamente a vida das mulheres. Em um dos grupos analisados foi possível acompanhar alguns desdobramentos de uma série de assassinatos de mulheres implicadas pela mídia e pela polícia

com a criminalidade de maneira a tornar suas mortes não apenas irrelevantes, mas legítimas.

Ordenar o vivido em meio à violência cotidiana e à imprevisibilidade imposta tanto pela pobreza quanto pelos agentes da criminalidade produz efeitos de segregação e de silenciamento. Luiz Antonio Machado da Silva desenvolve a noção de sociabilidade dos confinados (SILVA, 2008, p. 15), obtida a partir de estudos em comunidades cariocas nas quais o convívio forçado entre moradores e agentes da criminalidade produz uma sociabilidade regida majoritariamente pela “lei do silêncio”, nas palavras do autor “o confinamento geográfico cerceia-lhes também a palavra” (SILVA, 2008, p. 15). Silêncio esse tomado comumente pela mídia e/ou pelo senso comum como convivência.

O esforço em promover uma “limpeza moral” é constante. Os moradores procuram continuamente demarcar moralmente sua distância em relação aos traficantes e ao crime, uma vez que a demarcação espacial e geográfica não é possível:

Dentro das favelas, os moradores também procuram deixar claro seu distanciamento moral em relação aos traficantes. Não fumar maconha, não cheirar cocaína, não se envolver em seus negócios e redes e não aceitar seus favores são formas de tornar clara para os vizinhos a condição de ‘pessoa de bem’ e a adesão a ordem institucional. (SILVA, 2008, p. 23).

A sociabilidade dos confinados caracteriza-se, pois, pela imposição mediante o uso da força da vontade de uns sobre outros, não há entre os atores compartilhamento de valores que pudessem em algum nível regular o uso da força física. A ausência desses valores ou de qualquer outra espécie de regulamentação retira a previsibilidade das ações subtraindo também a possibilidade de estabelecer uma rotina. Todas as atividades cotidianas e assuntos dos moradores comuns são influenciados pela sociabilidade violenta. Em uma das comunidades visitadas, por exemplo, reuniões à noite só poderiam acontecer na Igreja e para estudar bíblia.

Na sociabilidade violenta, o uso da força física aplicada ilicitamente é transformado de meio para obtenção de interesses em princípio norteador das ações. Não é mais possível acessar instâncias políticas ou morais, os agentes desse ordenamento não se pautam por referências coletivas, mas pela satisfação imediata de seus interesses, sendo que a única resistência oferecida é a força de outrem. Silva afirma ainda que referências como amizade, afeto, relações familiares, foram substituídas por uma cadeia de submissão organizada hierarquicamente pela força.

Para os moradores sujeitos à sociabilidade violenta há uma dupla dominação: de fora da comunidade são vistos como violentos, dedução informada por certo determinismo geográfico, por outro lado são forçados internamente a conviver com o padrão de sociabilidade violenta imposto pelos criminosos.

De um lado temos então um senso comum alimentado midiaticamente que associa pobreza e violência e os moradores de periferias ao crime estabelecendo uma segregação violenta, mais que isso, produzindo uma crescente deslegitimação de suas demandas. A proximidade física entre moradores e criminosos é com frequência interpretada como uma proximidade também moral, ou seja, o que para os moradores é uma situação de confinamento compulsório, a outros olhares é convivência.

O que se interpreta como convivência, o silêncio ou diferentes formas de omissão, não pode ser tomado como evidência de passividade ou mais grave ainda, de adesão ao crime ou a seus agentes. Constitui antes de tudo uma estratégia de sobrevivência e convivência, uma tentativa de defesa frente às ameaças à segurança pessoal, como para uma de nossas entrevistadas: “a gente sabe quando dá pra falar, quando não dá”.

De acordo com Silva os estigmas sociais sofridos pelos moradores dificultam e muitas vezes inviabilizam o acesso a soluções institucionais para os riscos que sofrem. Além disso, o medo e a desconfiança alimentados também por esses estigmas enfraquecem os laços sociais e comunitários, mesmo as relações de vizinhança capazes de restabelecer minimamente uma proteção próxima são marcadas por essa sociabilidade.

A outra face da segregação sofrida pelos moradores se dá pelo convívio forçado especialmente com traficantes que impõem sobre esses moradores um padrão de comportamento baseado na insegurança e imprevisibilidade. Quando falamos em padrão de sociabilidade violenta é preciso esclarecer que uma das principais angústias dos moradores, segundo Silva, é exatamente não conseguir prever como agirão os traficantes, não há o mínimo de previsibilidade porque não há valores comuns que possam orientar essas condutas. Padrão, portanto, diz respeito às consequências de atos que venham a desagradar os operadores da sociabilidade violenta, “um ‘mal-entendido’ quase sempre resulta na morte de alguém” (SILVA, 2008, p. 43).

No caso das mulheres dos clubes de troca dizer sua palavra e encontrar audiência atenta e acolhedora criou no grupo em primeiro lugar um espaço de fala protegida e a posteriori um sentido profundo de pertença: “se acontece alguma coisa com uma dessas muié, todo mundo já sabe no outro dia” (Dalva). Esse senso de comunidade teria potencial de restabelecer níveis de proteção próxima.

Para Richard Sennett, quanto maior o senso de comunidade dos 'fracassados' do capitalismo, maior a capacidade de reorganizar as narrativas de vida de forma sustentável. Para ele, um lugar torna-se uma comunidade quando começamos pensar a partir de um 'nós'. As condições impostas pelo capitalismo flexível como as incertezas da flexibilidade, a ausência de confiança e o “espectro de não fazermos nada de nós mesmos no mundo” (SENNETT, 1999, p.

165) levam as pessoas a buscarem ligações capazes de romper com esse ciclo.

Ao nos referirmos à proteção precisamos compreender quais inseguranças motivam a criação dessa rede: afinal, proteger de quê? Robert Castel (2005) em sua obra *A Insegurança Social - O que é ser protegido*, nos ajuda a compreender em que consistem as proteções na modernidade. Para isso o autor faz duas considerações importantes: a primeira é que vivemos uma inflação da ideia de insegurança, como uma espécie de medo generalizado, “em todo lugar e em lugar nenhum”³, a segunda é a de que, não obstante essa inflação de medo e insegurança, ser protegido é uma necessidade inscrita no cerne da condição do ser humano moderno. (CASTEL, 2005, p. 90).

Não raro, durante o período de incursões ao campo, fomos questionadas sobre os perigos de frequentar determinadas regiões: “mas você não tem medo de ir até lá?”, pergunta recorrente que explicita o medo generalizado e que novamente aproxima pobreza e violência. Para Castel (2005), o sentimento de insegurança não está proporcionalmente relacionado aos perigos reais que ameaçam as pessoas, no entanto, está bastante presente ainda o mito das periferias como lugares privilegiados do crime e da violência, e, mais que isso, assistimos à atualização da ideia das classes perigosas.

Nas palavras de Silva “o medo se reifica e se espacializa nos perigos imputados aos territórios da pobreza” (SILVA, 2008, p. 14), o que de forma quase automática reivindica políticas de segurança pública baseadas exclusivamente na repressão a essas classes perigosas e no confinamento das mesmas. Não é tarefa simples, portanto, tratar da temática segurança pública a partir de referenciais como a promoção do bem-estar. À população das periferias cabem medidas repressivas e não protetivas, o que explica, por exemplo, que as mães precisem se revezar para buscar os filhos no ponto de ônibus, porque a parada mais próxima de onde moram fica à cerca de dois quilômetros, é de difícil acesso e com pouca ou nenhuma iluminação pública em alguns trechos.

Certamente que o colapso atravessado pelas instituições estatais quanto a sua função e papel é reflexo de um movimento societal e civilizacional. Se por um lado as sociedades modernas são responsáveis pela emergência do indivíduo liberado das obrigações e submissões medievais, por outro lado essas mesmas sociedades como que desmontaram as redes que poderiam assegurar aos indivíduos algum nível de proteção; nas palavras de Castel formamos um contingente de indivíduos sem laço (CASTEL, 2005, p. 14).

Deste modo, não parece tão infundada a disseminação do medo e da insegurança como balizadores da sociabilidade contemporânea nas grandes cidades e suas periferias. A existência de inúteis para o mundo atesta de forma veemente o crescimento de uma vulnerabilidade de massa

colocando um desafio teórico e político: em que podem consistir as proteções numa sociedade que se torna cada vez mais uma sociedade de indivíduos? (CASTEL, p. 595).

Os esboços de resposta à questão devem considerar que atravessamos um processo contraditório de individualização. Nunca foi tão alardeada a importância do ‘eu’, do indivíduo. Ser único, especial, é a meta síntese, alcançada quase que exclusivamente pelo consumo de bens cada vez mais inacessíveis a grande parte da população. Por outro lado, nunca se viu, como atualmente, esse processo de individualização ser sinônimo de isolamento, de ausência de referências, da ausência de apoios e redes de amparo.

As trocas como um centro irradiador de sociabilidades outras que não a dos confinados teriam, segundo a hipótese aqui defendida, potencial para restabelecer laços de reciprocidade materializados em redes de proteção próxima. A experiência das mulheres nos clubes teria no “aprender a falar” um mecanismo de reconhecimento de si como sujeito, e em alguns casos no acesso à cidadania.

O falar e a proteção máxima

Ao longo dos períodos de observações e tomando as entrevistas em seu conjunto a preocupação com o “saber falar” foi recorrente. Quando perguntadas sobre o que mudou em suas vidas depois da entrada no grupo a grande maioria das mulheres relatou que “aprenderam a falar”. A fala no espaço doméstico sequer foi considerada como tal, os relatos de interditos impostos pelos maridos, patrões e mesmo filhos reduziam essas vozes a sussurros. O grupo, no entanto, constituiu-se como espaço no qual o saber e a experiência vividos poderiam ser traduzidos em fala legítima correspondida com escuta atenta.

As possíveis rupturas com uma sociabilidade do confinamento vêm para as mulheres dos clubes de troca por meio da fala: “quando meu marido pergunta que é que ganho indo lá eu digo: agora eu sei pôr as palavras que eles precisam” (Sandra). Essa mulher não apenas “aprendeu a falar”, mas utiliza essa fala para ajudar outras na mesma condição.

As relações entre fala e silêncio precisam ser colocadas em perspectiva. No contexto dessas mulheres o silêncio não raro é uma estratégia de sobrevivência como afirmou uma entrevistada a respeito do assassinato de mulheres no bairro: “tem hora que dá pra falar, tem hora que não”. (MACHADO, 2012, p. 87). Por essa razão o “aprender” falar é carregado de significados, ultrapassando os limites do privado e das relações familiares.

A noção de proteção que se evoca desde as práticas nos grupos tem passado pela possibilidade de se reconhecerem como sujeitos iguais em direitos: “Ai, eu não sei fazer nada, só

vou aí [no clube] pra lavar louça, eu não vou fazer, eu não sei fazer nada mesmo... a gente tem que por na cabeça que a gente sabe as coisas.” (Silvia).

Aprender a falar como um processo duradouro de aprendizagem significa em um primeiro contato com o grupo perder a vergonha de dizer o próprio nome em voz alta. Pode passar ainda por pedir orações ao grupo para que o marido consiga emprego, para o filho com depressão. Relatos de superação de quadros depressivos são recorrentes, assim como o sentido dado ao grupo converge para muitas delas: “Eu gostei de vir que aqui a gente pode desabafar” (Cleonice).

Não se trata, contudo, de transformar os clubes em espaços de autoajuda, e ainda assim não haveria nenhum problema que o fossem, mas o que está em questão nesses processos interativos é apreensão das dinâmicas sutis de sociabilidade tecidas cotidianamente. Pedir pelos seus nos momentos de mística é desprender-se dos estigmas sociais e mostrar-se frágil, vulnerável. Exercício possível apenas onde exista confiança mútua.

Quando se rompe a dificuldade de falar em público é hora de dar um passo adiante e assumir alguma tarefa em um dos encontros. Pode ser coordenar a apresentação dos novatos, motivar o momento de reflexão ou mesmo organizar as trocas. São tarefas simples, mas realizadas habitualmente em dupla, reforçando a ideia de que não se está sozinha.

A partir do momento que falar no grupo passa a ser algo familiar às participantes algumas delas se lançam ao desafio de falar pelo grupo em outros espaços. Além de uma reunião mensal de animadoras de clubes de trocas há convites para animar outros grupos, trocar experiências. Representar o grupo confere uma dupla autoridade: saber do que se está falando e poder falar em nome das outras. É um reconhecer-se possuidora de saberes válidos e ter o reconhecimento das colegas.

São comuns também as participações em feiras de artesanato e eventos em geral fora da cidade. Viajar levando o nome do grupo seria o ápice de um processo de autorização da fala e, por que não, de algum nível de emancipação. Significa poder decidir, mesmo tendo marido e filhos, sobre onde e quando ir. É dispor do seu tempo, dispor de si própria.

Inegavelmente falar no clube, falar pelo clube são processos necessários para a conquista da cidadania, mas se reconhece o desafio de tornar a legítima a fala de mulheres nas diferentes instâncias sociais. Para Luis Felipe Miguel (2010) não há possibilidades utópicas de assegurar cidadania plena a indivíduos considerados subalternos. Mesmo quando logram ocupar postos na em instâncias representativas que figurariam como um avanço sua fala segue subalterna. A racionalidade moderna ao informar de forma ostensiva o léxico válido para as disputas de poder nas instâncias deliberativas impõe às mulheres a adoção de práticas consideradas masculinas ou a

conformidade com temas tomados como de segunda ordem como a assistência social. No entanto, ressalta o autor, é preciso assegurar a presença feminina e de outras vozes subalternizadas no sentido de tencionar e ampliar os limites do campo.

Aprender a falar nos clubes não equaciona de uma vez por todas as assimetrias de gênero, mas aponta direções importantes no tocante à superação das desigualdades. Razão pela qual as trocas, insuficientes para produzir autonomia econômica, materializam parte da rede de proteção construída pelas mulheres que se estende para além do par fala-escuta.

Há nos clubes dinâmicas bastante sofisticadas que beneficiam de forma velada a participante que naquele momento esteja passando por problemas financeiros mais acentuados. Sem que ninguém diga abertamente os produtos mais cobiçados, em especial alimentos, vão sendo deixados de lado até que chegue a vez dessa participante trocar. Todas sabem da situação econômica umas das outras, mas isso nunca é exposto publicamente. Apenas se arranjam as trocas de modo a resolver o problema sem criar constrangimentos e de maneira que o circuito dar-receber-retribuir seja mantido. O grupo poderia decidir por doar os alimentos a essa participante, mas ao fazer isso retiraria dela a agência necessária para posicionar-se como sujeito que participa ativamente do processo.

Transcendem as fronteiras dos clubes ainda os laços entre suas participantes. Seja para acompanhar a uma consulta médica ou tomar conta do neto de uma colega para esta ir a uma consulta, a solidariedade nesses contextos não tem nada de abstrata ou subjetiva, se faz concretamente. Se por ventura alguém não opera segundo esse registro diz-se dessa participante que “que não entendeu o que é o troca”.

O fato de que a solidariedade baliza as trocas, ou seja, o que regula as equivalências não é o lucro e sim a necessidade das participantes, não quer dizer que as trocas sejam desinteressadas. Ao contrário, o momento de trocar os produtos é bastante celebrado. Porém, estar no grupo significa assumi-lo, ainda que por vezes isso implique em fazer trocas “desvantajosas”, levar produtos considerados bons e trocar por itens tidos como inferiores. Na semana seguinte outra participante ocupará essa posição de modo a compensar possíveis perdas ou prejuízos, reequilibrando o sistema de trocas e reciprocidades.

Os clubes são também o lugar da festa: “a primeira vez que cantaram parabéns pra mim foi no troca” (Laura, 71 anos). Se a materialidade das trocas por seu valor monetário é insuficiente para justificar a adesão e participação nos clubes, os laços de pertencimento e amizade que se estabelecem são para essas mulheres uma espécie de fio de Ariadne, que permite entrar no labirinto das contingências sem se deixar perder ou devorar.

CONCLUSÃO

Os processos de constituição da economia solidária no Brasil são de difícil apreensão dada a extensão territorial e a multiplicidade de empreendimentos. Ao trazer a experiência de mulheres nos clubes de troca como eixo da análise não se pretende produzir generalizações ufanistas acerca dos potenciais emancipatórios dessas práticas. Sabe-se dos limites e contradições desses processos, que, por outro lado, não invalida práticas que devem ser reconhecidas e multiplicadas.

Os clubes de troca criados com o propósito claro de romper com lógicas assistencialistas a partir da reinvenção do trabalho lograram ganhos que em muito suplantam finalidades econômicas. Produziu-se efetivamente ressignificações acerca do que é trabalhar, mas também se produziram novos sujeitos e sociabilidades.

As relações intra grupo favorecem o restabelecimento de sociabilidades primárias, resultando não apenas na mitigação da miséria absoluta, mas no estabelecimento de redes de proteção que incluem o combate à fome, o combate à violência contra a mulher, a proteção da velhice e da infância e um espaço de reconhecimentos mútuos.

Ressaltar a importância das relações que se estabelecem a partir dos grupos não significa esvaziar os sentidos inicialmente propostos pela economia solidária. O fato é que mesmo defendida como uma estratégia para vencer o desemprego, ela atua pouco e de forma incipiente na qualificação de seus membros. Os instrumentos de capacitação produzidos a partir dos empreendimentos e das redes são insuficientes para desconstruir uma das máximas do capitalismo neoliberal, segundo a qual cada um deve ser o empreendedor de si mesmo, qualquer sucesso ou fracasso é creditado unicamente ao (de) mérito de cada um. Nos clubes de trocas a maioria das participantes são mulheres que não conseguem colocação no mercado formal de trabalho por um acúmulo de fatores: pouca escolaridade, ausência de qualificação profissional, idade considerada avançada e os encargos do trabalho doméstico e do cuidado naturalizados como femininos.

No entanto, a partir do restabelecimento de laços de reciprocidade se restabelecem também proteções. Os clubes como espaços de confiança oferecem o conforto subjetivo, mas também o atendimento emergencial das carências materiais. No saber falar se aprende quando e como falar, se aprende que silenciar não é ser conivente, mas é uma estratégia necessária à sobrevivência, uma saída temporária e provisória, mas absolutamente necessária.

REFERÊNCIAS

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **A Insegurança Social: o que é ser protegido?** Petrópolis: Vozes, 2005

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GLASSNER, B. **Cultura do Medo**. São Paulo, Francis, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

MACHADO, Maria Izabel. “**Aí a gente vai sendo solidária e as pessoas vai revivendo**”: o Clube de Troca e a construção da sociabilidade. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná - UFPR, Curitiba, 2012. Disponível em:

<<http://www.humanas.ufpr.br/portal/pgsocio/files/2012/12/R-D-MACHADO-MARIAIZABEL.pdf>>. Acesso em: 09 mai 2016.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe Miguel. Perspectivas Sociais e dominação simbólica: a presença política das mulheres entre Iris Marion Young e Pierre Bourdieu. **Rev. Sociologia e Política**. Curitiba, vol. 18, n. 36, p. 25-49, jun 2010.

MORAES, Pedro R. B. Émile Durkheim. Para uma sociologia do mundo contemporâneo. In: CODATO, Adriano (org.). **Tecendo o Presente: Oito autores para pensar o século XX**. Curitiba: Sesc Paraná, 2006. p. 67-85.

SCOTT, Joan W. Experiência. In: SILVA, Alcione L.; LAGO, Mara. C. S.; RAMOS, Tânia. R. (Orgs.). **Falas de gênero: teorias, análises, leituras**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999. p. 21-55

SENNETT, Richard. **A Corrosão do Caráter: Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SILVA. Luis Antonio Machado (org.). **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

¹ Doutora em Sociologia e Professora Colaboradora do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

² Os nomes das entrevistadas foram trocados.

³ Ver GLASSNER, B. *Cultura do Medo*. São Paulo, Francis, 2003.